



---

## PAPA FRANCISCO E A INSERÇÃO DOS CRISTÃOS LEIGOS NA POLÍTICA<sup>1</sup>

---

---

## POPE FRANCISCO AND THE INSERTION OF LAY CHRISTIANS IN POLITICS

---

Marilza José Lopes Schuína<sup>2</sup>

### RESUMO

Desde o Concílio Vaticano II, a Igreja tem dado ênfase à atuação do cristão leigo e leiga na política. É missão própria do laicato estar na política assumindo sua responsabilidade, como sujeito eclesial, para que a sociedade seja efetivamente justa. As Conferências Episcopais Latino-Americanas seguem as pegadas do Concílio e enfatizam a necessidade e a especificidade da vocação laical de atuação na política e nas políticas públicas. Propondo um programa de Igreja em Saída, o Papa Francisco destaca que toda a Igreja deve preocupar-se com a construção de um mundo melhor e que os movimentos populares são a expressão da necessidade de revitalizar a democracia.

**Palavras-chave:** Papa Francisco. Cristãos Leigos e Leigas. Política.

### RESUMEN

Desde el Concilio Vaticano II, la Iglesia ha enfatizado el papel de los cristianos laicos en la política. Es misión de los laicos involucrarse en la política, asumiendo su responsabilidad, como sujeto eclesial, para que la sociedad sea efectivamente justa. Las Conferencias Episcopales Latinoamericanas siguen los pasos del Concilio y enfatizan la necesidad y la especificidad de la vocación laical para actuar en la política y en las políticas públicas. Al proponer una Iglesia en Salida, el Papa Francisco

---

<sup>1</sup> O texto foi inicialmente lançado como o capítulo dois do livro *O Reino de Deus e sua justiça*, publicado em 2018 pelas Edições Paulinas, como parte da Coleção Ano do Laicato. A versão inicial foi adaptada para a forma de artigo científico aqui apresentada.

<sup>2</sup> Pós-graduada em Avaliação Educacional pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialista em Liturgia pela Pontífice Faculdade Nossa Senhora da Assunção/SP. Atualmente atua na Comissão Nacional de Formação do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, no Grupo de Estudo da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato (CNBB) e no Secretariado para o 15º Intereclesial do Brasil. Presidente do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB) no período de 2013 a 2016 e 2016 a 2019. E-mail: marilzaschuina@gmail.com.

ênfatiza que toda a Iglesia debe preocuparse por construir un mundo mejor y que los movimientos populares son la expresión de la necesidad de revitalizar la democracia.

**Palabras-clave:** Papa Francisco. Cristianos Laicos. Política.

## Introdução

Lembro-me ainda de uma afirmação que fez Bento XVI em seu Discurso Inaugural na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, em Aparecida/São Paulo (2007): “E os leigos católicos devem ser conscientes de sua responsabilidade na vida pública; devem estar presentes na formação dos consensos necessários e na oposição contra as injustiças” (DAp. p. 260). Ademais:

Convém preencher a notável ausência, no âmbito político, comunicativo e universitário, de vozes e iniciativas de líderes católicos de forte personalidade e de vocação abnegada, que sejam coerentes com suas convicções éticas e religiosas. Os movimentos eclesiais têm aqui um amplo campo para recordar aos leigos sua responsabilidade e sua missão de levar a luz do Evangelho à vida pública, cultural, econômica e política” (DAp. p. 261).

O Papa Francisco tem abordado o tema com toda a Igreja e, de modo especial, buscado a interlocução com os fiéis leigos e leigas que exercem responsabilidades na vida pública. Na EG, n. 205, diz o Papa:

Peço a Deus que cresça o número de políticos capazes de entrar num autêntico diálogo que vise efetivamente sanar as raízes profundas e não a aparência dos males do nosso mundo. A política, tão denegrida, é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas da caridade, porque busca o bem comum. Temos de nos convencer de que a caridade ‘é o princípio não só das microrrelações estabelecidas entre amigos, na família, no pequeno grupo, mas também nas macrorrelações como relacionamentos sociais, econômicos, políticos’. Rezo ao Senhor para que nos conceda mais políticos, que tenham verdadeiramente a peito a sociedade, o povo, a vida dos pobres. É indispensável que os governantes e o poder financeiro levantem o olhar e alarguem as suas perspectivas, procurando que haja trabalho digno, instrução e cuidados sanitários para todos os cidadãos. E porque não acudirem a Deus pedindo-Lhe que inspire os seus planos? Estou convencido de que, a partir de uma abertura transcendência, poder-se-ia formar uma nova mentalidade política e econômica que ajudaria a superar a dicotomia entre a economia e o bem comum social (EG, n. 205).

Nesse sentido, a religião não pode ser relegada ao intimismo, sem qualquer relação com a vida, sem se preocupar com a promoção social. Muitos são os cristãos

de “boa fé” que dizem que religião e política não se misturam, chegando até mesmo a fazerem uma oposição acirrada entre a fé e a vida, a Igreja e o mundo, com uma mentalidade e prática que dificulta, e até mesmo impede, a vivência de uma fé integral (cf. CNBB 105, n.133).

## 1 A falta de interesse pela política

Muitos cristãos olham o mundo e se fecham sem lançar um olhar crítico à realidade que os cercam, principalmente o mundo da política. Encontramos em muitos o desinteresse à participação, à discussão política e, principalmente, à política partidária.

Na atual conjuntura política brasileira, marcada pelo conflito de interesses da elite, que acumula poder e fortuna de modo escandaloso em detrimento dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, aumentando a multidão de excluídos, rejeitados, descartados, “a corrupção e a impunidade estão levando o povo ao descrédito na ação política e nas instituições, enfraquecendo a democracia... Os poderes constituídos precisam assumir sua responsabilidade diante da corrupção e da impunidade” (Nota CNBB, 21/06/2007).

Em todos os setores da população, especialmente entre os jovens, cresce o desencanto pela política e pela democracia, pois as promessas de uma vida melhor e mais justa para todos dos brasileiros e brasileiras não se concretizaram. Com isso, muitos se fecham no interno da Igreja, esquecendo-se “de que a democracia e a participação política são frutos da formação que se faz realidade somente quando os cidadãos são conscientes de seus direitos fundamentais e de seus deveres correspondentes” (CNBB, Democracia e Ética, 2006).

A esse respeito, o Papa Francisco diz:

É preciso prestar atenção à dimensão global para não cair em uma mesquinha cotidianidade. Ao mesmo tempo convém não perder de vista o que é local, que nos faz caminhar com os pés por terra. As duas coisas unidas impedem de cair em algum destes dois extremos: o primeiro, que os cidadãos vivam num universalismo abstrato e globalizante, miméticos passageiros do carro de apoio, admirando os fogos de artifício do mundo, que é de outros, com a boca aberta e aplausos programados; o outro extremo é que se transformem num museu folclórico de eremitas localistas, condenados a repetir sempre as mesmas coisas, incapazes de se deixar interpelar pelo que

é diverso e de apreciar a beleza que Deus espalha fora das suas fronteiras (EG, n. 234).

Não podem, portanto, os cristãos leigos e leigas abdicarem da política do bem comum (cf. CfL, 42). Estar na política é missão própria dos cristãos leigos e leigas, chamados a assumirem essa responsabilidade para que a sociedade seja justa (cf. AA, n. 14).

A justiça é uma qualidade e uma prática do Reino de Deus, instaurado por Jesus. Desse modo:

À medida que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos. Por isso, tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais. Procuremos o seu Reino: “Procurai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça, e tudo o mais se vos dará por acréscimo” (Mt 6, 33) (EG, n. 180).

Ou ainda, embora:

“a justa ordem da sociedade e do Estado seja dever central da política”, a Igreja “não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça”. Todos os cristãos, incluindo os Pastores, são chamados a preocupar-se com a construção de um mundo melhor. É disto mesmo que se trata, pois o pensamento social da Igreja é primariamente positivo e construtivo, orienta para uma ação transformadora e, neste sentido, não deixa de ser um sinal de esperança que brota do coração amoroso de Jesus Cristo (EG, n. 183).

## 2 O Concílio Vaticano II e a política

O Concílio Vaticano II afirma a importância da participação política dos cristãos na construção de uma sociedade justa e fraterna, especialmente dos cristãos leigos e leigas. Enfatiza a índole secular que caracteriza o ser e o agir laical, ou seja, a sua vocação própria, que é

buscar o Reino de Deus, ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus. (...) A eles, portanto, compete muito especialmente esclarecer e ordenar todas as coisas temporais, com as quais estão intimamente comprometidos, de tal maneira que sempre se realizem segundo o espírito de Cristo, se desenvolvam e louvem o Criador e o Redentor (LG, n. 31).

Por isso, “para estabelecer uma vida política verdadeiramente humana, nada melhor do que fomentar sentimentos interiores de justiça e benevolência e de serviço

do bem comum e reforçar convicções fundamentais acerca da verdadeira natureza da comunidade política e do fim, reto exercício e os limites da autoridade” (GS, n. 73). Desse modo, “para impedir que a comunidade política se desagregue (...), requer-se uma autoridade que faça convergir para o bem comum as energias de todos os cidadãos (...), que se apoia na liberdade e na consciência do próprio dever e no sentido de responsabilidade” (GS, 74).

Ademais:

Todos os cristãos tenham consciência da sua vocação especial e própria na comunidade política; por ela são obrigados a dar exemplo de sentida responsabilidade e dedicação pelo bem comum (...). Os partidos políticos devem promover o que julgam ser exigido pelo bem comum, sem que jamais seja lícito antepor o próprio interesse ao bem comum (GS, 75).

Comunidade política e Igreja realizam este serviço para o bem comum de todos, pelo exercício da cooperação mútua.

### **3 As Conferências Episcopais Latino-americanas seguem as pegadas do Concílio**

Dentre as Conferências, destacamos:

a. *Conferência de Medellín, 1968*

Medellín já apontava a necessidade de reforma política para a transformação nas estruturas latino-americanas, a começar pelo exercício da autoridade pública que tem como finalidade o bem comum, e não favorecer sistemas que priorizem grupos privilegiados. “A autoridade pública tem a missão de proporcionar e fortalecer a criação de mecanismos de participação e de legítima representatividade da população” (Med. 15).

Para propiciar essa participação, “a ação pastoral da Igreja estimulará todas as categorias de cidadãos a colaborarem nos planos construtivos dos governos e a contribuir também por meio de uma crítica sadia, numa oposição responsável, para o progresso do bem comum” (Med. 21b).

Assim:

Os leigos, como todos os membros da igreja, participam da tríplice função profética, sacerdotal e real do Cristo, em vista da realização de sua missão eclesial. Todavia, realizam especificamente essa missão no âmbito do temporal, em vista da construção da história, 'exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus'. O que tipifica o papel do leigo, com efeito, é seu compromisso com o mundo" (Med. 8-9).

*b. Conferência de Puebla, 1974*

"A política partidarista é o campo próprio dos leigos" (GS 43). Corresponde à condição leiga "constituir e organizar partidos políticos, com ideologia e estratégia adequada para alcançar seus legítimos fins" (GS 524). Dentre as "realidades temporais, não se pode deixar de salientar com ênfase especial a atividade política. Esta abarca um vasto campo, desde a ação de votar, passando pela militância e liderança em algum partido político, até o exercício de cargos públicos em diversos níveis" (GS 791). Com isso, percebe-se que: "As formas organizativas de apostolado leigo devem prestar a seus membros ajuda, incentivo e iluminação em seu compromisso político" (GS 810).

*c. Conferência de Santo Domingo, 1992*

"... Os pastores procuram (...) fomentar a preparação de leigos que se sobressaiam no campo da educação, da política, dos meios de comunicação social, da cultura e do trabalho" (n. 99).

Para tanto, é necessário:

"Criar as condições para que os leigos se formem segundo a Doutrina Social da Igreja, em ordem a uma atuação política dirigida ao saneamento e ao aperfeiçoamento da democracia e ao serviço efetivo da comunidade" (193).

"Recordar aos fiéis leigos que devem influir para que o Estado alcance uma maior estabilidade das políticas econômicas, elimine a corrupção administrativa e aumente a descentralização administrativa, econômica e educacional" (203).

"Orientar e acompanhar pastoralmente os construtores da sociedade na formação de uma consciência moral em suas tarefas e na atuação política" (242).

“Promover e formar o laicato para exercer no mundo sua tríplice função: a profética no campo da Palavra...; a sacerdotal no mundo da celebração e do sacramento...; a régia no universo das estruturas sociais, políticas, econômicas” (254).

*d. Conferência de Aparecida, 2007*

Para cumprir sua missão com responsabilidade pessoal, os leigos necessitam de sólida formação doutrinal, pastoral, espiritual e adequado acompanhamento para darem testemunho de Cristo e dos valores do Reino no âmbito da vida social, econômica, política e cultural (212).  
É dever social do estado criar uma política inclusiva (410).

Aparecida destaca a necessidade de políticas públicas para atendimento das necessidades dos diversos rostos sofredores: migrantes (414), enfermos e dependentes de drogas (422), pessoas que vivem na rua (408), presos (430) e, enfim, todos os rostos sofredores.

Assumindo com força renovada a opção pelos pobres, Aparecida propõe “uma renovada pastoral social para a promoção humana integral” (399), visando o bem comum de todos os excluídos e excluídas (402).

#### **4 Os encontros com os Movimentos Sociais: aprendendo política com Francisco**

Tendo presente os pobres, Francisco assume um propósito de vida e propõe o programa de uma “Igreja em saída”, recuperando, assim, a eclesiologia do Concílio Ecumênico Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-americanas: uma Igreja que deve sair de si e converter-se, renovar-se para o pleno serviço ao bem comum, para que haja vida para todos os povos e nações, o Povo de Deus.

Visitando o Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais Latino-americanas, podemos entender melhor a trajetória política de Francisco, suas palavras, seus gestos e ações. Vejamos, por exemplo:

*a. I Encontro Mundial dos Movimentos Populares com o Papa (2014)*

Este nosso encontro responde a um anseio muito concreto, a algo que qualquer pai, qualquer mãe, quer para os próprios filhos; um anseio que deveria estar ao alcance de todos, mas que hoje vemos com tristeza cada vez mais distante da maioria das pessoas: *terra, casa e trabalho*. É estranho,

mas se falo disto para alguns o Papa é comunista. Não se compreende que o amor pelos pobres está no centro do Evangelho. Terra, casa e trabalho, aquilo pelo que lutais, são direitos sagrados. Exigi-lo não é estranho, é a doutrina social da Igreja (PAPA FRANCISCO, 2014, s/p).

Ao falar da terra, da casa e do trabalho como direitos sagrados da pessoa humana, Francisco menciona ainda a necessidade de envolvimento e participação de todos e todas para a realização, concretização desses direitos:

Os movimentos populares expressam a necessidade urgente de revitalizar as nossas democracias, tantas vezes desviadas por inúmeros fatores. É impossível imaginar um futuro para a sociedade sem a participação como protagonistas das grandes maiorias e este protagonismo transcende os procedimentos lógicos da democracia formal. A perspectiva de um mundo de paz e de justiça duradouras pede que superemos o assistencialismo paternalista, exige que criemos novas formas de participação que incluam os movimentos populares e animem as estruturas de governo locais, nacionais e internacionais com aquela torrente de energia moral que nasce da integração dos excluídos na construção do destino comum. E assim com ânimo construtivo, sem ressentimento, com amor”. (PAPA FRANCISCO, 2014, s/p).

*b. II Encontro Mundial dos Movimentos Populares com o Papa (2015)*

O Papa fala da necessidade de mudança e o que cada um e cada uma pode fazer, *como protagonistas*, para que as mudanças aconteçam:

Se é assim – insisto – digamo-lo sem medo: Queremos uma mudança, uma mudança real, uma mudança de estruturas. Este sistema é insuportável: não o suportam os camponeses, não o suportam os trabalhadores, não o suportam as comunidades, não o suportam os povos.... E nem sequer o suporta a Terra, a irmã Mãe Terra, como dizia São Francisco.

Queremos uma mudança nas nossas vidas, nos nossos bairros, no vilarejo, na nossa realidade mais próxima; mas uma mudança que toque também o mundo inteiro, porque hoje a interdependência global requer respostas globais para os problemas locais. A globalização da esperança, que nasce dos povos e cresce entre os pobres, deve substituir esta globalização da exclusão e da indiferença. [...].

Que posso fazer eu, recolhedor de papelão, catador de lixo, limpador, reciclador, frente a tantos problemas, se mal ganho para comer? Que posso fazer eu, artesão, vendedor ambulante, carregador, trabalhador irregular, se não tenho sequer direitos laborais? Que posso fazer eu, camponesa, indígena, pescador que dificilmente consigo resistir à propagação das grandes corporações? Que posso fazer eu, a partir da minha comunidade, do meu barraco, da minha povoação, da minha favela, quando sou diariamente discriminado e marginalizado? Que pode fazer aquele estudante, aquele jovem, aquele militante, aquele missionário que atravessa as favelas e os parapeitos com o coração cheio de sonhos, mas quase sem nenhuma solução para os meus problemas? Muito! Podem fazer muito. Vós, os mais humildes, os explorados, os pobres e excluídos, podeis e fazeis muito.



Atrevo-me a dizer que o futuro da humanidade está, em grande medida, nas vossas mãos, na vossa capacidade de vos organizar e promover alternativas criativas na busca diária dos “3 T” (trabalho, teto, terra), e também na vossa participação como protagonistas nos grandes processos de mudança nacionais, regionais e mundiais. Não se acanhem! (PAPA FRANCISCO, 2015, s/p).

c. *III Encontro Mundial dos Movimentos Populares com o Papa (2016)*

Falando do problema dos refugiados, dos que são obrigados a deixar sua pátria, sua terra natal, Francisco clama a que todos deem o exemplo e relaciona o tema com a política e a democracia:

Dar o exemplo e reclamar é um modo de fazer política, e isto leva-me ao segundo tema que debatestes no vosso encontro: a relação entre povo e democracia. Uma relação que deveria ser natural e fluida, mas que corre o perigo de se ofuscar, até se tornar irreconhecível. O fosso entre os povos e as nossas atuais formas de democracia alarga-se cada vez mais, como consequência do enorme poder dos grupos econômicos e midiáticos, que parecem dominá-las. Sei que os movimentos populares não são partidos políticos, e permiti-me dizer-vos que, em grande parte, é nisto que se encontra a vossa riqueza, porque exprimis uma forma diferente, dinâmica e vital de participação social na vida pública. Mas não tenhais medo de entrar nos grandes debates, na Política com letra maiúscula, e volto a citar Paulo VI: «A política é uma maneira exigente — mas não é a única — de viver o compromisso cristão ao serviço do próximo» (Carta Apostólica *Octogesima adveniens*, 14 de maio de 1971, n. 46). Ou então esta frase, que repito muitas vezes e sempre me confundo, não sei se é de Paulo VI ou de Pio XII: A política é uma das formas mais altas da caridade, do amor (PAPA FRANCISCO, 2015, s/p).

Na relação com a política, o Papa alerta os movimentos populares para dois riscos: o risco de se deixarem “arquivar” e o de se corromperem:

Primeiro, não se deixar amarrar, porque alguns dizem: a cooperativa, o refeitório, a horta agroecológica, as microempresas, o projeto dos planos assistenciais... até aqui tudo bem. Enquanto vos mantiverdes na divisória das “políticas sociais”, enquanto não puserdes em questão a política econômica ou a Política com “p” maiúsculo, sois tolerados. Aquela ideia das políticas sociais concebidas como uma política para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres e muito menos inserida num projeto que reúna os povos, às vezes parece-se com uma espécie de carro mascarado para conter os descartes do sistema. Quando vós, da vossa afeição ao território, da vossa realidade diária, do bairro, do local, da organização do trabalho comunitário, das relações de pessoa a pessoa, ousais pôr em questão as “macrorrelações”, quando levantais a voz, quando gritais, quando pretendeis indicar ao poder uma organização mais integral, então deixais de ser tolerados, não sois muito tolerados porque estais a sair da divisória, estais a deslocar-vos para o terreno das grandes decisões que alguns pretendem monopolizar em pequenas castas. Assim a democracia atrofia-se, torna-se

um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai-se desencantando porque deixa fora o povo na sua luta diária pela dignidade, na construção do seu destino. (...)

Sabemos que «enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais (Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, n. 202). Por isso, disse e repito-o, “o futuro da humanidade não está unicamente nas mãos dos grandes dirigentes, das grandes potências e das elites. Está fundamentalmente nas mãos dos povos; na sua capacidade de se organizarem e também nas suas mãos que regem, com humildade e convicção, este processo de mudança” (PAPA FRANCISCO, 2015, s/p).

Por conta disso:

Também a Igreja pode e deve, sem pretender ter o monopólio da verdade, pronunciar-se e agir especialmente face a “situações nas quais se tocam as chagas e os sofrimentos dramáticos, e nas quais estão envolvidos os valores, a ética, as ciências sociais e a fé” (Intervenção no encontro de juizes e magistrados contra o tráfico de pessoas e o crime organizado, Vaticano, 3 de junho de 2016). Este é o primeiro risco: o risco de se deixar encaixar e o convite a entrar na grande política.

O segundo risco, dizia-vos, é deixar-se corromper. Assim como a política não é uma questão de “políticos”, também a corrupção não é um vício exclusivo da política. Há corrupção na política, há corrupção nas empresas, há corrupção nos meios de comunicação, há corrupção nas igrejas e há corrupção também nas organizações sociais e nos movimentos populares. É justo dizer que há uma corrupção radicada nalguns âmbitos da vida econômica, em particular na atividade financeira, e que faz menos notícia do que a corrupção diretamente relacionada com o âmbito político e social. É justo dizer que muitas vezes se utilizam os casos de corrupção com más intenções. Mas também é justo esclarecer que quantos escolheram uma vida de serviço têm uma obrigação ulterior que se acrescenta à honestidade com a qual qualquer pessoa deve agir na vida. A medida é muito alta: é preciso ter a vocação para servir com um forte sentido de austeridade e humildade. Isto é válido para os políticos, mas também para os dirigentes sociais e para nós pastores. Disse «austeridade» e gostaria de esclarecer ao que me refiro com a palavra austeridade, porque pode ser uma palavra equívoca. Pretendo dizer austeridade moral, austeridade no modo de viver, austeridade na maneira como levo por diante a minha vida, a minha família. Austeridade moral e humana. (...).

A qualquer pessoa que seja demasiado apegada às coisas materiais ou ao espelho, a quem ama o dinheiro, os banquetes exuberantes, as casas sumptuosas, roupas de marca, carros de luxo, aconselharia que compreenda o que está a acontecer no seu coração e que reze a Deus para que o liberte destes laços. Mas, (...), todo aquele que seja apegado a estas coisas, por favor, que não entre na política, não entre numa organização social ou num movimento popular, porque causaria muitos danos a si mesmo, ao próximo e sujaria a nobre causa que empreendeu. (...).

Diante da tentação da corrupção, não há remédio melhor do que a austeridade, a austeridade moral, pessoal: e praticar a austeridade é, ainda mais, pregar com o exemplo. Peço-vos que não subestimeis o valor do exemplo porque tem mais força do que mil palavras, mil panfletos, mil retweets, mil vídeos no youtube. O exemplo de uma vida austera ao serviço

do próximo é o modo melhor para promover o bem comum e o projeto-ponte dos. Peço a vós dirigentes que não vos canseis de praticar esta austeridade moral, pessoal, e peço a todos que exijam dos dirigentes esta austeridade, que — de resto — os fará sentir-se muito felizes”. (PAPA FRANCISCO, 2014, s/p).

### Para continuar a conversa

Em Carta ao Cardeal Marc Oullet (2016), Francisco aborda “o indispensável compromisso dos leigos na vida pública dos países latino-americanos”.

Inicia a carta falando da necessidade de discernimento, para que a reflexão realizada na Assembleia Plenária da Pontifícia Comissão para a América Latina, (1º a 4 de março de 2016 – Cidade do Vaticano), “não caia no vazio” e impeça os pastores de servirem melhor ao Povo de Deus, pois sem os filhos um pai não reconhece a si mesmo. O mesmo acontece com os pastores.

O pastor pastoreia o seu povo para o agir. Portanto, certas frases bonitas que em nada apoiam a vida do povo devem ser superadas, como por exemplo: “é a hora dos leigos”. Ocorre que esta hora nunca chega.

Nesse sentido, o fogo profético que impulsiona ao testemunho, principalmente dos leigos e leigas que trabalham na vida pública, não deve ser apagado. Diz o Santo Padre:

Não é o pastor que deve dizer ao leigo o que fazer e dizer, ele sabe tanto e melhor que nós. Não é o pastor que deve estabelecer o que os fiéis dizem nos diversos âmbitos. Como pastores, unidos ao nosso povo, faz-nos bem nos perguntarmos como estamos estimulando e promovendo a caridade e a fraternidade, o desejo do bem, da verdade e da justiça. Devemos reconhecer que o leigo por sua própria realidade, por sua própria identidade, por estar imerso no coração da vida social, pública e política, por ser partícipe de formas culturais que se geram constantemente, precisa de novas formas de organização e de celebração da fé (PAPA FRANCISCO, 2016, s/p).

Em mensagem enviada ao encontro “Participação dos Leigos católicos na vida política” (Bogotá, 01-03/12/2017), promovido pela Comissão para a América Latina (CAL) e Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM), o Papa retoma citações do Magistério, reafirmando o que já disse na *Evangelii Gaudium*, referindo-se à política como “uma alta forma de caridade”, um inestimável serviço ao bem comum, ou seja, “a política é, antes de tudo, um serviço”. Ressalta o Papa, que assim como Jesus deu o exemplo, “eu não vim para ser servido”, os políticos devem fazer o mesmo,

entregando a própria vida pelo bem comum da sociedade. “É preciso cultivar o verdadeiro senso interior da justiça, do amor e do serviço” (...), para “reabilitar a dignidade da política” (...) e buscar “novas forças políticas, que brilhem pela sua ética e cultura; que façam uso do diálogo democrático; que conjuguem a justiça com a misericórdia e a reconciliação; que sejam solidárias com os sofrimentos e esperanças dos povos latino-americanos” (PAPA FRANCISCO, 2016, s/p).

Diz ainda Francisco em sua mensagem: “Quanto precisamos, hoje, na América Latina de uma política boa e nobre! Quanto precisamos de protagonistas”! Mais uma vez o Santo Padre ressalta: “a contribuição cristã para a ação política é dada com a missão peculiar dos leigos católicos, no âmbito social, segundo os critérios evangélicos e o patrimônio da Doutrina Social da Igreja” (PAPA FRANCISCO, 2017, s/p).

Sejam, pois, os leigos e leigas, verdadeiros protagonistas da Igreja e do mundo, “Sal da terra, Luz do mundo e Fermento na massa”! Que possamos viver a nossa missão à luz do Evangelho, na construção de um mundo justo e fraterno, de uma sociedade do bem comum.

## Referências

Conclusões da Conferência de Medellín, 1968: trinta anos depois, Medellín é ainda atual? 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade**. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5, 13-14). Brasília: Edições CNBB, 2016.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). **Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano de Puebla**. 5ª ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). **Conclusões da IV Conferência do Episcopado Latino-Americano de Santo Domingo**. Texto oficial. Tradução Oficial da CNBB. Petrópolis: Vozes, 1993.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). **Documento de Aparecida [DAp]**. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 10ª ed. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas; Petrópolis: Paulus, 2009.

Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2001.

PAPA FRANCISCO. **Discurso aos participantes do Encontro Mundial dos movimentos populares.** Ex-sala do sínodo, terça-feira, 28 de outubro de 2014. [https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco\\_20141028\\_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html](https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.html). Acesso em: 04.dez.2017.

PAPA FRANCISCO. **Discurso do Papa aos movimentos populares.** Texto integral. 2015. Disponível em: [http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso\\_do\\_papa\\_aos\\_movimentos\\_populares\\_\(texto\\_integral\)/1157336](http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_(texto_integral)/1157336). Acesso em: 05.dez.2017.

PAPA FRANCISCO. **Discurso do Papa Francisco aos participantes do 3º Encontro mundial dos movimentos populares.** Sala Paulo VI, sábado, 5 de novembro de 2016. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco\\_20161105\\_movimenti-popolari.html](http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/november/documents/papa-francesco_20161105_movimenti-popolari.html). Acesso em: 05.dez.2017.

PAPA FRANCISCO. ***Evangelii Gaudium***. A alegria do Evangelho. São Paulo: Paulus, Edições Loyola, 2013.

PAPA FRANCISCO. **Mensagem do Papa Francisco à política e ao serviço.** 2017. Disponível em: [http://br.radiovaticana.va/news/2017/12/01/v%C3%ADdeomensagem\\_do\\_papa\\_a\\_pol%C3%ADtica\\_%C3%A9\\_servi%C3%A7o/1352413](http://br.radiovaticana.va/news/2017/12/01/v%C3%ADdeomensagem_do_papa_a_pol%C3%ADtica_%C3%A9_servi%C3%A7o/1352413). Acesso em: 11.dez.2017.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA A AMÉRICA LATINA. **O indispensável compromisso dos Leigos na vida pública dos países latino-americanos.** Recomendações pastorais. Reunião Plenária, de 1º a 4 de março de 2016 – Cidade do Vaticano. Brasília: Edições da CNBB. 2016.

Artigo recebido em: 31/06/2021.

Artigo aprovado em: 17/08/2021.